



DOMINGOS COSTA INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS S.A. CNPJ 17.159.518/0001-75

9. Imobilizado Em 31 de dezembro, a composição do ativo imobilizado está demonstrada como segue:

Controleadora Controladora Consolidado Consolidado

Os intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

11. Empréstimos e financiamentos Em 31 de dezembro, os saldos de empréstimos e financiamentos da Companhia, estão representados, como segue:

Controleadora e Consolidado tabelas de juros (% a.a.) e empréstimos em linha com o balanço patrimonial.

Os empréstimos para aquisição de bens do ativo imobilizado são garantidos por alienação fiduciária de bens, conjuntamente com o aval dos acionistas e da diretoria da Companhia; (b) Os empréstimos para aquisição de matéria-prima são representados por recursos oriundos do Programa de Garantia de Preço Mínimo (EGF) e são garantidos pelos próprios produtos e por aval dos acionistas e dos diretores da Companhia.

Controleadora e Consolidado tabelas de movimentações de empréstimos e financiamentos em 2024, 2023 e 2022.

As movimentações dos empréstimos e financiamentos estão apresentadas a seguir:

Controleadora e Consolidado tabelas de movimentações de empréstimos e financiamentos em 2024, 2023 e 2022.

12. Fornecedores As obrigações com fornecedores de bens e serviços são reconhecidas com base em documento fiscal, contrato ou instrumento equivalente e observam o regime de competência.

Controleadora e Consolidado tabelas de saldos das obrigações com fornecedores em 2024, 2023 e 2022.

13. Obrigações trabalhistas INSS FGTS Função Contribuições Sindicais Provisão Férias INSS/FGTS s/ Provisão Férias

Controleadora e Consolidado tabelas de obrigações trabalhistas em 2024, 2023 e 2022.

14. Obrigações tributárias ICMS ISSQN PIS COFINS IRPJ CSLL Imposto retido na fonte - IRRF Parc. Demais dep. RFB MP 783/17 (a) Outros impostos Passivo circulante Passivo não circulante

Controleadora e Consolidado tabelas de obrigações tributárias em 2024, 2023 e 2022.

(a) Em 2017, os parcelamentos da linha "Parcelamento IR e CS (2004) 2009, foram migrados para o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pelo MP 783/17.

15. Direito de uso e arrendamentos a pagar (a) Direito de uso do ativo de arrendamentos - Com a adoção do NBC TG 6/R3 (IFRS16), a Companhia passou a reconhecer o direito de uso e as obrigações decorrentes de seus arrendamentos anteriormente denominados leasing.

Controleadora e Consolidado tabelas de direito de uso e arrendamentos a pagar em 2024, 2023 e 2022.

As movimentações dos saldos de direito de uso do ativo de arrendamentos são apresentadas no quadro abaixo:

Controleadora e Consolidado tabelas de movimentações de direito de uso e arrendamentos a pagar em 2024, 2023 e 2022.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Administradores e Acionistas das Domingos Costa Indústria Alimentícias S.A. Contagem - MG

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Domingos Costa Indústria Alimentícias S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Domingos Costa Indústria Alimentícias S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade

(CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) - As demonstrações, individuais e consolidadas, do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa opinião, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas Demonstrações do Valor Adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de maneira consistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou

Assim sendo, a Companhia rejeita esta provisão para contingência, tendo formalizado junto à Receita Federal do Brasil (RFB) parcelamento simplificado a ser pago em 60 meses, com a primeira parcela delas sendo liquidada em 19 de abril de 2024. As movimentações das provisões para contingências e dos depósitos judiciais é como segue:

Controleadora e Consolidado tabelas de provisões para contingências e depósitos judiciais em 2024, 2023 e 2022.

(\*) Natureza das contingências - A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios. b) Perdas passíveis, não provisionadas no balanço - Em 31 de dezembro, além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados montantes acima de R\$ 63.239 mil (2023 - R\$ 116.833 mil), decorrentes de causas trabalhistas, cíveis e tributárias, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

18. Imposto de Renda e Contribuição Social O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. (a) Composição dos tributos diferidos

Controleadora e Consolidado tabelas de composição dos tributos diferidos em 2024, 2023 e 2022.

Passivos fiscais diferidos Custo atribuído - outros Diferença de depreciação fiscal - contábil (i) Diferença de depreciação fiscal - contábil (ii) Balanço Patrimonial

(i) Refere-se a IRPJ e CSLL diferidos sobre a diferença entre o encargo de depreciação calculado com base nas taxas previstas em atos normativos da Receita Federal do Brasil (RFB) e aqueles apurados nas operações financeiras; e (ii) O saldo é representado por operações de renda e da contribuição social - Os valores do imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

Controleadora e Consolidado tabelas de reconciliação de valores à alíquota nominal em 2024, 2023 e 2022.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social IRPJ/CSLL apurados com base nas alíquotas nominais - 34% Equivalência Patrimonial Subvenção para investimento - ICMS Outros Adições e Exclusões Liquidadas IRPJ e CSLL no resultado do exercício - corrente IRPJ e CSLL no resultado do exercício - diferido IRPJ e CSLL no resultado

Controleadora e Consolidado tabelas de lucro antes do imposto de renda e da contribuição social em 2024, 2023 e 2022.

19. Partes relacionadas Controleadora e Consolidado tabelas de partes relacionadas em 2024, 2023 e 2022.

Passivo (i) Impostos Incidentes sobre a) Imposto de Renda e Contribuição Social b) Imposto de Renda e Contribuição Social c) Imposto de Renda e Contribuição Social d) Imposto de Renda e Contribuição Social

Resultado (ii) Venda da Indústria e Comércio José de Paula S.A. Compra da Indústria e Comércio José de Paula S.A.

(i) O saldo é representado por conta corrente entre a Domingos Costa Indústria Alimentícias S.A. e suas controladas. Sobre este saldo, ocorre a incidência de encargos (atualização monetária) e imposto sobre operações financeiras; e (ii) O saldo é representado por operações de compra e venda de mercadorias entre a Domingos Costa Indústria Alimentícias S.A. e Indústria e Comércio José de Paula S.A. Os valores foram pagos e recebidos no próprio exercício.

19.1. Remuneração do pessoal-chave As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado, totalizaram R\$ 4.099 (R\$ 3.535 em 2023).

20. Patrimônio líquido - (a) Capital social e realizado e composto de 4.057.783 ações ordinárias nominativas (4.057.783 em 2023), sem valor nominal e 8.115.569 ações preferenciais nominativas (8.115.569 em 2023), sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no caso de reembolso do capital sem qualquer prêmio e participação integral nos resultados da Companhia. O capital subscrito e realizado é de R\$ 61.655. b) Reserva legal - A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 totalizaram o valor de R\$ 12.331 (em 31 de dezembro de 2023 R\$ 12.331). c) Dividendos - Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto. Em 31 de dezembro de 2024 os dividendos propostos foram de R\$ 22.736 (em 31 de dezembro de 2023 não houve distribuição). d) Ajuste de avaliação patrimonial - O saldo de ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$ 1.692 (R\$ 1.731 em 31 de dezembro de 2023) é resultante, substancialmente, da avaliação do imobilizado feita em 2010. Em 2010, a Companhia aqueceu o saldo do imobilizado para ficar demonstrado com base no conceito do custo líquido (depreciado) conforme permitido pelo ICP/10. A mensuração do custo atribuído foi realizada por peritos independentes contratados e por avaliadores internos. A diferença da diferença do custo atribuído e o valor residual do imobilizado, foi reconhecida em contrapartida ao patrimônio social, na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, que está sendo depreciada considerando a vida útil econômica estimada. e) Reserva de lucros - O saldo da reserva de lucros no valor de R\$ 162.529 (R\$ 93.477 em 31 de dezembro de 2023 decorre da parcela de lucros não distribuídos. f) Reserva de incentivos fiscais - O saldo da reserva de incentivos fiscais é de R\$ 430.991 (R\$ 430.991 em 31 de dezembro de 2023). Com base na Lei Complementar nº 160, de 17 de agosto de 2017, a Companhia passou a tratar como subvenção para investimento os benefícios fiscais outorgados na forma de crédito presumido/ outorgado previsto no Regulamento do ICMS de Minas Gerais. g) Reserva de capital - O saldo da reserva de capital no valor de R\$ 45.275 (R\$ 45.275 em 31 de dezembro de 2023).

21. Receita operacional líquida Controleadora e Consolidado tabelas de receita operacional líquida em 2024, 2023 e 2022.

Por natureza: Pessoal, administradores e entidade de previdência privada Custos das matérias primas, materiais e serviços adquiridos Comissões sobre vendas Fretes de vendas Depreciações e amortizações Outros Total das despesas

22. Informações sobre natureza dos custos e das despesas reconhecidas na demonstração de resultado Controleadora e Consolidado tabelas de informações sobre natureza dos custos e das despesas reconhecidas na demonstração de resultado em 2024, 2023 e 2022.

Por natureza: Pessoal, administradores e entidade de previdência privada Custos dos produtos vendidos Despesas com vendas Despesas administrativas Total das despesas

23. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas Controleadora e Consolidado tabelas de outras receitas (despesas) operacionais líquidas em 2024, 2023 e 2022.

Recursos recebidos Venda de Bens de Capital Recuperação de Despesas (\*\*) Vendas de Material Inservível Outras Receitas Operacionais Outras Despesas Operacionais Custos Vendidos Material Inservível Impostos s/ Revenda Paletes e Vasilhames Revenda Paletes e Vasilhames Outras Despesas Operacionais (\*\*) Dedução de receitas financeiras

(\*) A linha Receita subvenção de investimento - C. Presumido representa o valor referente a incentivos ICMS concedidos pelo RET 098/2015, considerados subvenções para investimentos conforme artigo 9º da Lei Complementar 160/2017, com vigência a partir de 25 de novembro de 2017. A partir do ano de 2021 foi incluída a "tarifa" no processo de subvenção para investimento; (\*\*) A linha recuperação de despesas representa em sua maior parte valores referentes aos créditos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS lançados em 2024 a crédito de Extemporâneo de PIS e COFINS referente a embalgens e insumos na Empresa Domingos Costa Indústria Alimentícias S.A.

24. Resultado financeiro Controleadora e Consolidado tabelas de resultado financeiro em 2024, 2023 e 2022.

Recursos recebidos Variações monetárias ativas (\*\*) Juros recebidos Rendimentos de aplicações financeiras Descontos obtidos Outras Receitas Financeiras (-) Dedução de receitas financeiras

Despesas financeiras: Variações monetárias passivas Juros pagos Multa atraso no pagamento IOF Despesas de tarifas de cobrança Descontos concedidos Outras despesas financeiras

(\*) Valor decorre substancialmente da atualização do ICMS excluído da base do PIS e COFINS. 25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro e a Administração desfez instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

25.1. Instrumentos financeiros não derivativos Controleadora e Consolidado tabelas de instrumentos financeiros não derivativos em 2024, 2023 e 2022.

Ativos financeiros Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado menos provisão para redução ao valor recuperável: Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes Partes relacionadas

Passivos financeiros Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: Empréstimos e financiamentos Arrendamento a pagar Partes relacionadas

25.2. Gerenciamento de riscos A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de riscos de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se: Risco de crédito - A política de vendas da Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visa minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. As contas a receber são bastante pulverizadas e correspondem a muitos clientes. Portanto, não se concentram em alguns clientes, minimizando o risco de crédito com os procedimentos de controle. A provisão para redução ao valor de realização de créditos de clientes é realizada por meio da análise individual dos títulos em atraso, considerando como base inicial o critério fiscal. Aplicado o critério fiscal, é extraída uma base de dados com os títulos pendentes de recebimento, sendo esta levada à análise do departamento de cobrança. Somente os títulos com baixa probabilidade de recebimento são provisionados e os demais são títulos que atendem aos critérios fiscais para aproveitamento destas despesas não deduzidas da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisões julgadas suficientes pela Administração da Companhia para fazer frente a eventuais perdas na realização no montante de 2.990 controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2024.

Risco de liquidez - A Administração da Companhia gerencia os riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações associadas a passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, sempre que possível, o planejamento para atender a estas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco. Para isso, trabalha com um prazo médio de recebimento inferior ao prazo médio de pagamento.

Risco de mercado - Os produtos de mercado estão relacionados, principalmente, aos riscos de mudança nos preços dos produtos e serviços ofertados pela Companhia, assim como em taxas de juros e outras taxas que possam influenciar a sua receita, bem como os valores dos seus ativos e passivos. O objetivo da Administração é gerenciar e controlar a exposição da Companhia aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis, afastando os obstáculos ao crescimento dos negócios.

Riscos operacionais - Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos da Companhia, assim como aos colaboradores, tecnologia e infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios. O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação da Companhia, mediante procedimentos e políticas alinhados com os valores e negócios da Companhia. A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da Alta Administração da Companhia, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir a implementação e o funcionamento adequados.

26. Coberturas de seguros A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a reputação da Companhia, mediante procedimentos e políticas alinhados com os valores do grupo do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Transações que não afetaram o caixa e equivalente de caixa A Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades que não afetaram caixa e equivalentes de caixa, e essas atividades não foram incluídas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Controleadora e Consolidado tabelas de transações que não afetaram o caixa e equivalente de caixa em 31/12/2024 e 31/12/2023.

Movimentação dividendo a pagar - Passivo Movimentação de dividendo por depósito - PL Aquisição arrendamento direito de uso Arrendamento a pagar

28. Eventos subsequentes Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária - A Lei 14.789/2023, cuja vigência iniciou-se em 1º/01/2024, estabelece os critérios de apuração de crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico. A empresa não possui nenhum benefício tributário vinculado à implantação ou expansão de empreendimento econômico. Entretanto, referido diploma legal revogou o artigo 30 da Lei 12.973/2014 que, com a redação alterada pela Lei Complementar 160/2017, equiparava os benefícios tributários de ICMS concedidos pelos Estados e Distrito Federal às subvenções de investimento. A administração da empresa está avaliando os impactos da Lei 14.789/2023 bem como a eventual necessidade de questionamento judicial.

Patrícia Macedo Costa (Diretora Presidente) Thiago Costa (Diretor Vice-presidente) Sérgio de Paiva Arantes (Diretor de Finanças e Controle) Sérgio Fernando de Macedo Moura (Diretor de Suprimentos e Logística) André Luiz Costa (Contador - CRC MG.43.32/0)

a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela reputação da indústria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2025. BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 MG 09485/F-0 Paulo Eduardo Santos - Contador CRC 1 MG 078750/O-3

Fique bem informado! Siga nosso canal no Whatsapp através do link https://bit.ly/Comunidade-do-ou-pelo-arcde. Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado ICP Brasil. A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/05/2025. Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicidade Legal no portal do Jornal Diário do Comércio. Acesse também através do link: https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/17-05-2025-p/1